

VITÓRIA DA LUTA DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO! PL 442/17 APROVADO!

Após 14 anos de luta das professoras da Educação Infantil, muita mobilização dos Auxiliares de Biblioteca e de Secretaria e Diretores de Escola, a categoria comemora a aprovação do Projeto Lei 442/17. Esse projeto traz reivindicações históricas de carreira (Professor da Educação Infantil e Auxiliares), autonomia das UMEIs dentre outros temas

ALGUNS AVANÇOS DO PL 442/17

Educação Infantil:

- Autonomia administrativa e financeira e transformação das UMEIs em EMEIs;
- Criação do cargo e da função pública de Direção e Vice-Direção de EMEI;
- Reposicionamento na tabela de níveis do/a professor/a imediatamente à aprovação do PL 442/17;
- Ascensão de mais 2 níveis para quem já progrediu com graduação;
- Reposicionamento na tabela de níveis para a/o Professor/a para a Educação Infantil estável que teve seu diploma de graduação negado para progressão;
- Reposicionamento imediato, no nível 5, para as/os professoras/es que estão no período probatório e possuem graduação;
- Alcance de mais 3 níveis na Carreira da Educação até abril/2020 para o professor/a graduado/a, ficando faltando apenas 2 níveis para unificar nossos direitos com o Professor/a do Ensino Fundamental;
- Após a ampliação de níveis até o nível 8, todas/os que cumprirem as etapas de progressão por escolaridade e mérito poderão alcançar até o nível 22 da Carreira

da Educação;

- O ingresso na carreira será de nível superior (Pedagogia ou Normal Superior), sendo o posicionamento no nível 5 na tabela de níveis.

Direção e Vice-Direção:

- Eleição de Direção e Vice-Direção de Escola e EMEI;
- Mandato permitindo uma única recondução consecutiva, ainda que na chapa o servidor ocupe posição distinta daquela ocupada no mandato imediatamente anterior;
- Quinquênio sobre a dobra;

Férias-prêmio:

- Ampliação para todos os professores que estiverem nas unidades escolares; Direção, Vice-Direção, Secretário Escolar, Coordenador Pedagógico Geral só farão jus ao gozo ou recebimento quando retornarem ao efetivo exercício do cargo de professor;

OUTROS TEMAS INSERIDOS NO PL 442/17

Vale-Cultura:

Todos os Trabalhadores em Educação concursados terão direito ao Vale-Cultura.

Assistente Administrativo Educacional:

Foi realizada a fusão dos cargos de Auxiliares de Biblioteca e Secretaria no cargo de Assistente Administrativo Educacional com jornada de 30h e opção de 40h.

Gestor Administrativo e Financeiro Escolar:

Mantida a função pública de Gestor Administrativo e Financeiro Escolar.

Secretário Escolar:

O cargo comissionado de Secretário de Estabelecimento de Ensino I, II, III, IV e V foi transformado em Secretário Escolar, com classificação I e II, ocupado exclusivamente pelo cargo de Assistente Administrativo Educacional. Além dos professores, a regra de transição foi ampliada para outros cargos.

Bibliotecário Escolar:

Foi criado o cargo de Bibliotecário Escolar Pleno, que atuará nas escolas e EMEIs, e o Sênior, ambos serão do quadro da Educação.

Não podemos entender que esses avanços foram bondade de nenhum governo, foram conquistas arrancadas com muito suor e luta da categoria. O dia 23 de abril que entra para história de nossa categoria é a exemplificação disso: muita bomba, caveirão, canhão de água a mando de Kalil e Pimentel para tentar impedir que alcancemos nossos sonhos. Mas as professoras não arredaram o pé e agora comemoram.

É um projeto que traz muita conquista, porém, a PBH/SMED aproveitou e aprovou também mudanças que a categoria estava contra (quadro 2). O sindicato, seguindo as votações de assembleia se mobilizou e articulou a construção de emendas que corrigiram partes

problemáticas do PL. Conseguimos o apoio de 17 vereadores, porém 22 votaram contra os trabalhadores em educação e com isso as emendas foram rejeitadas.

EMENDAS propostas pelo Sindicato - consequências da não aprovação

O bloco de emendas que foi rejeitado visa fazer correções importante no PL 442/17, porém, os vereadores, em sua maioria, seguindo ordens do prefeito Kalil (PHS), não respeitaram a reivindicação e traíram os Trabalhadores em Educação, optaram por rejeitar todo bloco. Abaixo, o conteúdo das subemendas:

Assistente Administrativo Educacional:

Tanto o Tribunal de Contas do Estado de MG – TCE/MG quanto a Procuradoria da Câmara Municipal de BH elaboram relatório apontando a necessidade de correção da constitucionalidade da fusão dos cargos de Auxiliar de Biblioteca e Secretaria no novo cargo de Assistente Administrativo Educacional. Como a correção feita na Comissão de Orçamento, a pedido da Procuradoria Geral do Município, não resolveu a insegurança jurídica.

Bibliotecário Escolar:

Já não bastava o governo Kalil criar duas categorias de bibliotecários, sendo que os atuais Bibliotecários estavam sendo removidos das escolas arbitrariamente; o objetivo de uma subemenda era de garantir que esses Analistas de Políticas Públicas/Bibliotecários mantivessem a lotação nas escolas municipais.

Coordenador Pedagógico Geral I e II:

A criação destas funções públicas não se justifica no atual contexto de organização pedagógica das instituições de ensino, pois cria uma lógica hierarquizada que fere brutalmente a gestão democrática, bem como torna secundário o papel pedagógico a ser exercido pela Direção. A integração desse Coordenador Pedagógico Geral ao quadro especial da SMED pode significar uma interferência externa na organização pedagógica e na autonomia das instituições de ensino, visto que essa integração, combinada com a Gratificação por Dedicção Exclusiva

(GDE) leva ao afastamento do pertencimento pedagógico construído coletivamente transformando esse Coordenador num especialista, que utilizar-se-á de sua prerrogativa hierárquica, caso haja um posicionamento divergente por parte dos profissionais da educação. Passar a responsabilidade da educação em tempo integral para o Coordenador Geral significará o esvaziamento do papel exercido atualmente pelo Professor Comunitário, responsável pelo Programa Escola Integrada. A projeção de gasto girará em torno de 275 mil reais por mês, chegando a mais de 3 milhões de reais por ano.

Secretários de Estabelecimento de Ensino:

A subemenda garantia uma regra de transição para os atuais Secretários de Estabelecimento de Ensino, tentando evitar tanto uma exoneração em massa quanto uma perda significativa na remuneração de Auxiliares de Biblioteca, Escola e Secretaria, bem como Professores e Pedagogos, que ocupam essa função pública há anos nas escolas municipais. O governo Kalil modificou o valor da Gratificação por Dedicção Exclusiva – GDE em que, por exemplo, uma secretária, que está numa escola classificada no Nível V, recebe de GDE R\$ 1.114,24, e com a aprovação do PL 442/17 passará a receber R\$ 771,00. Além disso, a ocupação dessa função provavelmente deve ser para Assistente Administrativo Educacional que optar por uma jornada de 40h, com isso, Auxiliares, que ocupam a função de Secretário, podem ter a remuneração reduzida em torno de R\$ 900,00.

**SOMOS TODOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO,
UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!**



Nesse processo de debate e votação do PL, infelizmente contamos com adversários dentro da própria categoria. O PL 442/17 sempre foi muito complexo por afetar tantos setores da Educação, nem por isso o Sindicato deixou de escutar a todos e construir um caminho de garantir avanços e evitar retrocessos para o conjunto da categoria. Alguns poucos Auxiliares, identificados pelo #Digosim, foram à Câmara de vereadores e fizeram coro com o governo Kalil e apoiaram a rejeição das emendas da

categoria (Quadro 2). A perda salarial que diversos Secretários terão (de até R\$800,00) contou com o apoio desse grupo, o mesmo que durante a greve da Educação Infantil pressionou e articulou junto ao governo Kalil para que o projeto fosse votado mesmo sem a carreira das professoras da Educação Infantil. Temos certeza que tal postura individualista não é a regra entre nós, por isso, devemos repudiar esse movimento, junto somos mais fortes.

KALIL CHANTAGEIA CATEGORIA E RETIRA EDUCAÇÃO DO PL DO REAJUSTE

Após a assembleia do dia 16 de agosto o Sindicato encaminhou no dia seguinte ofício para a PBH com os itens aprovados:

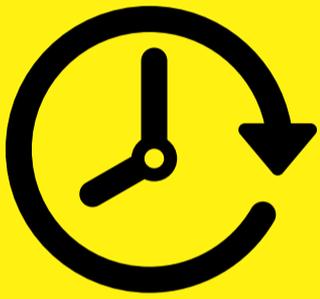
- 1) Rejeição da política de reajustes da prefeitura que vincula o mesmo ao crescimento econômico;
- 2) Aceite do índice apresentado de 2,43%;
- 3) Exigência do pagamento do reajuste do Piso Nacional da Educação todo janeiro.

O governo Kalil respondeu nosso ofício com um Termo de Acordo para assinatura no qual nos comprometemos a não fazer greve por questões salariais até junho de 2019. Isso é uma chantagem das mais baixas possíveis. Isso nunca foi acordado ou colocado anteriormente como critério para o aceite, e a categoria jamais aceitaria algo assim. O Piso Nacional da Educação é reajustado todo janeiro, a data base do servidor público é maio, Kalil não pode querer nos calar até junho e proibir de lutarmos por valorização logo no início do ano. A Diretoria Colegiada não irá assinar tal

termo e repudia mais uma vez a política salarial da Prefeitura. Exigimos que o governo Kalil cumpra com o acordado durante a campanha salarial. Convocamos os Representantes para Plenária no dia 13 de setembro para debate do tema e encaminhamentos necessários frente a essa situação.

CAMPANHA DE DENÚNCIA DO KALIL, ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA EDUCAÇÃO?

Aprovamos em assembleia a realização de panfletagem nos meses de setembro e outubro com denúncia da prefeitura em relação a ausência de reajuste. A panfletagem é um mecanismo importante para informar a população da real situação da educação e conquistar o apoio da população. Panfletem na porta da escola, no comércio próximo, com os estudantes da EJA e os mais velhos do Ensino Fundamental. Não podemos nos furtar de fazer a denúncia, se não contamos para a comunidade a forma como a prefeitura age acabam nos responsabilizando pelos problemas das Escolas.



7 horas de Planejamento

A categoria aguarda outubro quando o governo Kalil se comprometeu a apresentar a proposta de tempo de planejamento que inclui reunião pedagógica quinzenal de 2 horas com oficineiros e definição como será a autonomia sobre os 10 min diários de nossa jornada que “sobram” todo dia. Essa proposta é determinante para o aceite ou não da proposta global do direito ao 1/3 de jornada para planejamento. Enquanto isso, as escolas que tiverem condições já estão autorizadas pela SMED a se organizarem para a 6ª hora de planejamento. Com a aprovação do Coordenador Geral dentro do 1.6, essa realidade vai ser mais difícil, por isso, nossa luta envolve a lotação de mais professor@s nas escolas e UMEIs/EMEIs para garantir às 7h sem perder os projetos que atualmente são desenvolvidos.

EDUCAÇÃO INFANTIL EI!

SÃO 14 ANOS DIFERENCIAÇÕES ENORMES NA NOSSA CARREIRA, 8 NÍVEIS JÁ!

Agora temos uma carreira que vai garantir ampliação de ganhos de até 21%. (veja detalhamento das mudanças no link do site: <http://redebh.com.br/educacao-infantil-e-vingtoriosa-fez-uma-greve-forte-e-conquistou-80-da-carreira/>) Falta pouco para unificar. No dia 15 de outubro, dia da professor/a, esperamos que o governo apresente o projeto-lei que corrige em mais 3 níveis a carreira das professoras da Educação Infantil conquistadas com a greve e isso precisa ser agora!

A aprovação do PL dá um fôlego novo cheio de força, unidade e resistência de milhares de mulheres que fecharam suas salas e escolas e fizeram uma greve que entrou para a história da cidade!

Essa greve foi marcada pela violência no primeiro dia (23/04) quando fomos surpreendidas pela tropa choque da PM, com a prisão de dois dirigentes, Conceição e Wanderson, com a ameaça latente do nosso direito à greve, direito de lutar! Acampamos na porta da Prefeitura

por 22 dias! Deixamos nossos filhos e familiares para mostramos como éramos exploradas e não aceitávamos mais salários tão miseráveis! Lutamos muito! Tivemos corte ponto! Pressão de Gerentes e Direções e conseguimos resistir! Nossa força mostrou para a cidade a capacidade organizativa, a liderança feminina, a força das trabalhadoras de cobrar do governo promessas de campanha e o cumprimento da legislação (LDO) fazendo valer os repasses para a Educação.

Chegamos ao final dessa etapa e lançamos nossa nova campanha para que os 3 níveis prometidos sejam concedidos de forma imediata. Serão organizados atos para buscar visibilidade e valorização para toda a Educação.

É urgente uma política que valorize toda a educação e acabe com toda disparidade entre as carreira da professora da Educação Infantil com a do Ensino Fundamental.